

Dados do Projeto de Pesquisa	
<b>Título do Projeto de Pesquisa:</b>	Narrativas midiáticas e datas comemorativas: disputas políticas de como se lembra o passado
<b>Grande área/área segundo o CNPq (https://goo.gl/JB3tAs):</b>	Ciências Sociais Aplicadas/Comunicação
<b>Grupo de Pesquisa vinculado ao projeto:</b>	Limbo – Laboratório de Imagem e Estéticas Comunicacionais
<b>Linha de pesquisa do grupo de pesquisa vinculado ao projeto:</b>	Imagem, cultura e estéticas
<b>Categoria do projeto:</b>	( ) projeto em andamento, já cadastrado na PRPI ( ) projeto não iniciado, mas aprovado previamente ( X ) projeto novo, ainda não avaliado
<b>Palavras-chave:</b>	Memória; Cultura; Narrativas Midiáticas; Estado

## 1. INTRODUÇÃO

A seguir, vejamos alguns memes para que possamos introduzir o projeto:

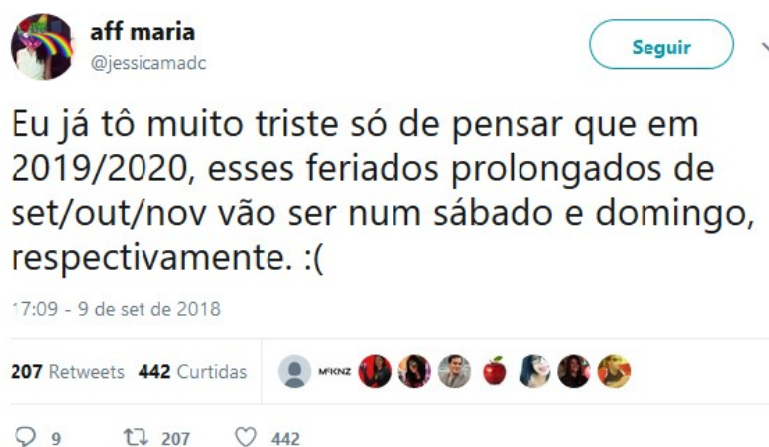


Figura 01 – **Meme sobre feriado.** Fonte: <http://patiohype.com.br/timeline-esta-uma-tristeza-so-com-os-feriados-de-2019/>



Figura 2: Meme sobre trabalhadores na história. Fonte: <http://informecritica.blogspot.com/2018/05/memes-para-o-dia-do-trabalhador.html>



Figura 3 – Meme sobre lei áurea. Fonte: <http://eldoradense.blogspot.com/2017/10/meme-trabalho-escravo.html>



Figura 4 – Meme sobre a flexibilização das leis trabalhistas. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-43761662>

Mais do que um dia de folga da trabalhadora ou do trabalhador, o feriado é a comemoração, instituída por lei, de algum episódio histórico, religioso ou cultural. De origem latina, comemorar, em sua etimologia, significa trazer à memória: comemorar, lembrar com, um lembrar coletivo. São datas celebradas para não serem esquecidas.

No dia 25 de março de 2019, feriado no Ceará, o Badalo – Portal de Notícias do Cariri, publicou a matéria “Conheça a razão do feriado de 25 de março, Data Magna do Ceará”. O texto informa que naquele dia “é lembrada a Data Magna do Ceará” e, para isso, há um “feriado estadual que celebra a abolição da escravidão”. A reportagem lembra que “o Ceará foi o primeiro no Brasil a firmar a libertação”, em 1884, e que “o feriado foi instituído por lei em 6 de dezembro de 2011”. A matéria lembra o personagem Dragão do Mar, jangadeiro de Fortaleza que “moveu a classe a firmar posição diante do tráfico de escravos no Estado” e finaliza informando que Redenção foi a primeira cidade a abolir no Ceará. Por causa disso, ainda segundo a reportagem, “Redenção foi o município escolhido para receber a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) desde 2009”, além de abrigar o Museu Senzala Negro Liberto, “hoje local turístico”.

De forma semelhante, no mesmo dia, o site da Rádio Tempo FM, de Juazeiro do Norte, publica o texto “Carta Magna: Por que dia 25 de março é feriado no Ceará?”. O texto contém praticamente as mesmas informações da matéria do site Badalo, mas acrescenta a informação de que, “por conta da abolição pioneira, o estado do Ceará ficou conhecido como ‘Terra da Luz’”. A matéria reproduz uma foto oferecida pela assessoria Governo do Estado do Ceará por meio do *release*, “O pontapé inicial para a correção de um erro”, elaborado especialmente para a efeméride. Ao lermos o *release*, percebemos que as duas matérias citadas anteriormente reproduzem a mesma narrativa proposta pelo Governo do Estado.

Na legislação brasileira, os feriados podem ser municipais, estaduais e federais. Há também feriados que ocorrem em diversos países, como 01 de maio, Dia Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores. Sendo o feriado referente a uma data comemorativa, por que nem todas as datas comemorativas são feriados? Por que o 08 de março, Dia Internacional da Mulher, e 19 de abril, Dia do Índio, por exemplo, não são feriados, enquanto o dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, é considerado feriado? Há uma hierarquia de importância entre essas datas que fazem com que alguns dias sejam feriados e outros não? São perguntas como essas que nos levam a propor este projeto.

Le Goff (1994, p. 485) nos lembra que o tempo do calendário, diferente do relógio, é um tempo social “submetido aos ritmos do universo”. Ele lembra de não existir um calendário universal e que, na cosmogonia do tempo, os criadores do universo criam também seus calendários. Le Goff dá o exemplo da Revolução Francesa e lembra que, para garantir o futuro, os calendários estabelecem festas para perpetuar a vitalidade e a recordação.

Pierre Bourdieu, por outro lado, em uma série de conferências/cursos sobre o Estado, destina um pequeno tópico sobre os calendários. E a sua primeira conclusão é que “não se presta tanta atenção ao calendário” (BOURDIEU, 2014, p. 34). Por meio do calendário, o Estado constrói suas comemorações de festas cívicas e determina, de certa forma, o que deve ser lembrado, assim, aos poucos, o Estado vai construindo e controlando uma memória coletiva. Ele alerta: o calendário, “essa espécie de compatibilidade do tempo, que supõe tanto o tempo público como uma relação pública com o tempo, é uma invenção mais ou menos recente, que tem a ver com a construção

de estruturas estatais” (p. 37). O calendário é uma forma de o Estado manter a ordem pública.

Se pararmos para observar os feriados nacionais, sem considerar os pontos facultativos, como o Carnaval, vamos encontrar a seguinte tabela:

**Confraternização Universal** - 01 de janeiro

**Paixão de Cristo** – (não há data fixa)

**Tiradentes** – 21 de abril

**Dia Mundial do Trabalho** – 1º de maio

**Independência do Brasil** – 7 de setembro

**Nossa Senhora Aparecida** – 12 de outubro

**Finados** – 2 de novembro

**Proclamação da República** – 15 de novembro

**Natal** – 25 de dezembro

Dos nove feriados listados, percebe-se que quatro, a maioria, são cristãos. Dos restantes, três fazem referência a datas ou personagens da historiografia brasileira. Há ainda os dias 01 de janeiro e 01 de maio, feriados internacionais. Para esta pesquisa, nos interessa, em especial, como será lembrado o feriado do 01 de maio, nos próximos anos, pois compreendemos, que os direitos trabalhistas, sempre atacados, estão ainda mais ameaçados na conjuntura brasileira contemporânea. Os feriados com referências históricas nacionais também nos interessam. Pode-se afirmar, inicialmente, que, por meio dos calendários, podemos pensar, portanto, não só a história do Brasil contemporâneo, mas principalmente, como o Brasil lembra e constrói a sua história.

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Sua campanha era composta por um discurso abertamente conservador e de direita, propondo uma nova era, com mudanças inclusive na forma de narrar a história brasileira. O diplomata Ernesto Araújo, no dia 02 de janeiro de 2019, tomou posse do Ministério das Relações Exteriores. No Itamaraty, em um discurso de pouco mais de meia hora, ele afirmou que “só o amor explica o Brasil [...] o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram” (grifo meu). Como exemplo desse amor e da coragem, ele cita Padre José de Anchieta e recita, em tupi, a tradução feita pelo clérigo da oração *Ave Maria*. O ministro começou o discurso citando um trecho da bíblia: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Ele fez questão de citá-lo em grego para poder pronunciar a palavra *Aletheia*, usualmente traduzida como verdade, mas, segundo o ministro, o verdadeiro significado seria “desesquecer”. Para ele, o Brasil precisa desesquecer e reconectar-se consigo mesmo. O Brasil

[...] estava procurando ser o que não é. O Brasil estava preso fora de si mesmo [...] E aqui precisamos da *Aletheia*. O desesquecimento. Precisamos libertar nossa memória histórica da qual essa modesta oração [Ave Maria] faz parte [...] Precisamos recuperar o papel do Itamaraty como guardião da continuidade da memória brasileira (grifos meus).

Em seguida, lembra da sua primeira ida ao Itamaraty, quando viu os quadros *Coroação de Dom Pedro I*, de Jean Baptiste Debret, e *Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo. “E pensei: então tudo isso existe, né? Tudo isso existe... e tudo isso é aqui!”. Ele conclui que o Itamaraty “não é somente um Ministério das Relações Exteriores, é também um Ministério do Tempo [...] nós temos a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade [...] estamos

vivendo o momento de uma nova Independência” (grifos meus). Para ele, cada brasileiro deve “lembrar-se da pátria [...] como uma realidade essencial” (grifo meu), em vez de “lembrar-se da ordem liberal internacional”.

O discurso do ministro busca uma espécie de ontologia brasileira, que o isola do resto do mundo e deixa muito claro que sua perspectiva de história é composta por um historicismo colonizado, cheio de datas, fatos e heróis. A repercussão política da fala do ministro sobre a narrativa histórica pouco teve repercussão na mídia. Uma exceção foi o texto “O chanceler quer apagar a história do Brasil”, da jornalista Eliane Brum, na sua coluna no jornal El País, no qual ela afirma que “prestar atenção ao que diz o chanceler Ernesto Araújo tem se mostrado tarefa penosa, mas fundamental para compreender como a ideologia do Governo Bolsonaro está sendo construída”. Este projeto se interessa em estudar, por meio do dispositivo das datas comemorativas, como a narrativa histórica será construída, nos próximos três anos, pelo atual governo.

Uma das principais preocupações das classes dominantes é a de se tornar “senhora da memória e do esquecimento”, pois elas sabem que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1994, p. 486). Por isso, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (p. 426). Paolo Rossi (2010, p. 23) lembra que “o mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória”. Lugares, objetos e datas são construídos com a função de nos fazer lembrar, ver e saber de fatos ou pessoas que, muitas vezes, não existem mais. Esses lugares, objetos e datas, no entanto, não são suficientes para produzirem um efeito de memória. Segundo Le Goff (1994, p. 431), é preciso celebrá-los, comemorá-los, para assim a memória assumir “uma forma de inscrição”. Nesse jogo da inscrição e leitura da memória, estamos também escrevendo e lendo a história, é um “jogo de revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação” (ROSSI, 2010, p. 19).

No dia 01 de maio deste ano, o presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento público e, em cadeia nacional, de quase dois minutos de duração. Ao longo de seu discurso, ele não fez referência aos trabalhadores nem ao feriado e ressaltou que, no dia anterior, havia assinado uma “medida provisória que trata da declaração dos direitos de liberdade econômica, cuja a finalidade, é estabelecer garantias de livre mercado (...) que restringe o papel do Estado no controle e na fiscalização da atividade econômica”. A medida é considerada pelo presidente essencial para o crescimento do país. O discurso de Bolsonaro, ironicamente, *esquece* da classe trabalhadora e comemora, no dia dela, a flexibilização de mercado e Estado mínimo no controle das regras de mercado.

Para Paul Ricoeur (2007), a memória e o esquecimento são mediadas pelas narrativas. E as narrativas comportam “necessariamente uma dimensão seletiva”. “Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível” (p. 455). Existe uma falsa noção de que a história consegue *dar conta* de todo o passado. Quando se conta a história do Brasil, grosso modo, há uma crença ou um desejo de *contemplar* a história do Brasil. Este, segundo Ricoeur, é o perigo maior “da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial” (p. 455). Esta é a memória manipulada.

Os exemplos citados até agora mostram como é possível perceber que há, no presente, ações do Estado que elaboram o passado. Para Bergson (1999), o presente

movimenta o passado e o atualiza, pois a memória está no presente. Bergson pensa a história como um grande depósito, ou como escreveu Halbwachs (2003, p. 74), “um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas”. Halbwachs fará o diálogo direto entre Bergson e Durkheim (1989). A partir da noção de “representação coletiva”, de Durkheim, ele propõe a “memória coletiva”, que não poderia ser confundida com a história. Halbwachs desenvolve um esquema em que a memória estaria atrelada ao indivíduo e sua relação com outros indivíduos, enquanto a história observa a sociedade. A história “examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana” (2003, p. 109), inferior à duração da história.

As ideias de Bergson, Durkheim e Halbwachs apresentam a memória limitada diante da história ou do passado e, em última instância, separam-na da história. A memória está sempre do lado mais frágil. Halbwachs percebe, no entanto, que existirá um “passado vivido” e um “passado apreendido pela história escrita” (p. 90).

A história escrita, tendo como base os documentos, questiona e mostra a “fragilidade” da memória. O documento parece sempre ganhar. Quem escreve ou divulga os documentos? Há, portanto, uma relação direta entre memória e história, e ambas estão em disputas. Enquanto a memória é um exercício constante de formulação, elaboração e atualização do passado; a história é uma tentativa de escrita da memória, daí sua necessidade de se inscrever nos documentos. A história é construída a partir de atualizações de memórias que procuram lembrar acontecimentos e experiências.

Qual é o problema disso? O problema disso é que a memória é elaborada também por meio da narrativa histórica, ela vai se construindo, nas suas atualizações, nos documentos históricos produzidos. A produção de memória é inseparável da produção da história, e muitas vezes a memória é refém da narrativa histórica dominante. Na tese *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi (1994, p. 67), ao entrevistar operários e imigrantes velhos em São Paulo, percebe que “há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos” em “uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história”. Acontece, no entanto, que “com o tempo”, as falas, mesmo com o seu tom testemunhal, ganham “formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial” (p. 458).

É neste sentido que os calendários nos interessa. Os feriados são exemplos da disputa desta crônica oficial. O que se percebe, num primeiro momento, é que a crônica oficial é construída a partir do Estado, mas ele sozinho não é suficiente para consolidá-la. Acreditamos que a crônica oficial é uma junção entre as narrativas midiáticas e o Estado. Tanto o Estado quanto as narrativas midiáticas são espaços de disputa da crônica oficial. No entanto, mesmo as narrativas midiáticas sendo pautadas constantemente pelo Estado, nem sempre elas reproduzem a perspectiva do Estado. Para Bourdieu, Estado “é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica” (p. 34). É importante perceber que a teoria de Bourdieu revê a teoria weberiana sobre o Estado e, em vez de “monopólio da violência legítima”, ele propõe “monopólio da violência simbólica legítima”, “na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física” (p. 30).

O esforço de Bourdieu é mostrar que o poder simbólico exerce uma dominação sem necessariamente passar pela coação física nem pelo controle econômico, embora esteja sob interesse de uma elite política e econômica. Tem-se, assim, um “sistema simbólico” que cumpre a “função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” e contribui “para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (p. 11). A esse processo de dominação, Bourdieu chama de violência simbólica. Para compor essa violência, Bourdieu lembra que, nesse contexto, existem os “especialistas da produção simbólica”, responsáveis por difundir “instrumentos de conhecimento arbitrários” constituintes da “realidade social” (p. 12). A luta simbólica, para Bourdieu, é também uma luta de classe.

O pensamento de Bourdieu compreende a noção de violência não apenas por meio de uma coerção física, mas também por mecanismos imperceptíveis. O Estado, como foi mostrado, ao impor as datas comemorativas que devem ser lembradas e festejadas produz uma política de memória violenta na qual busca a imposição de como ler o passado. Essa forma de lembrar do Estado, como mostramos ao longo deste texto, sempre é repercutido e constrói-se, assim, uma narrativa midiática que, por sua vez, é onde se estabelece parte das disputas pela memória e pela narrativa histórica, por isso ela nos interessa tanto. A noção de narrativa midiática proposta nesse projeto parte da possibilidade compreender que os documentos históricos da contemporaneidade não se restringem a documentos ditos oficiais. As experiências materiais do século XXI são elaboradas por meio de suportes tecnológicos móveis que produzem imagens, vídeos e textos incessantemente. Se adentrarmos numa pesquisa de linguagem e pensarmos nos desdobramentos das imagens, vídeos e textos, perceberemos que, em cada uma dessas matrizes, há uma possibilidade infinita de produção de linguagens midiáticas. No campo da imagem, por exemplo, há fotografia, cartaz, outdoor, xilogravura, memes, etc. Da mesma forma, podemos pensar sobre os textos (notícias, correntes no whatsapp, twitter, facebook, etc) e vídeos (filmes, gifs, documentários, stories, etc).

Dentre essa enormidade de variações de linguagens, este projeto dá uma atenção especial aos memes, sem excluir os demais. Os memes selecionados no início desta introdução mostram o potencial analítico que esses materiais propiciam. Eles apresentam como os feriados são valorizados por ser uma folga de dia de trabalho (figura 1), ao mesmo tempo, outro narra como os feriados estão ameaçados com os retrocessos trabalhistas ocorridos nos últimos anos e associa os retrocessos ao trabalho escravo (figuras 2). Um último, feito especialmente para o dia do trabalho, questiona a narrativa histórica construída por heróis e mostra como os trabalhadores são excluídos da crônica oficial (figura 3). Estes três memes juntos constitui um exemplo rápido do que chamamos de narrativa midiática. Narrativa midiática seria a possibilidade de construir, por linguagens diversas, a escrita contínua do presente. Ela, ao mesmo tempo em que narra o presente, elabora o passado e deixa documentos para a produção da historiografia de nosso tempo.

Embora tenhamos falado, até agora, em especial, dos feriados, para mostrarmos a sua relação direta como Estado, a proposta é articular “narrativas midiáticas” e “datas comemorativas”. As datas comemorativas, instituídas por lei, são inúmeras, impossíveis de serem listadas. O estabelecimento dessas datas é uma forma de divulgar ações políticas, como, por exemplo, 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, ou 01 de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids. Essas datas são uma disputa de inscrição na narrativa histórica e uma forma de tensionar alguma ação do Estado diante dessas pautas. Suas comemorações ficam restritas, muitas vezes, a um grupo específico,

geralmente, por meio de atos políticos. Há, no entanto, algumas datas que estão estabelecidas em nosso calendário e merece uma atenção especial. São elas, os já citados, dia Internacional da Mulher, Dia do Índio, e, além deles, o 13 de maio, dia em que se lembra da assinatura da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. O fato de essas datas não serem feriados nos possibilita uma reflexão sobre raça e gênero na historiografia Brasileira.

Para finalizar esta introdução, a proposta deste trabalho é estudar de forma detalhada como as datas **08 de março, 19 de abril, 01 de maio, 13 de maio** serão lembradas pelas narrativas midiáticas e pelo Estado nos próximos três anos. A escolha dessas datas se dão por elas trazerem pautas que estão em disputa nas políticas elaboradas pelo atual governo brasileiro. Há, claramente, um recorte que contempla os critérios de raça, gênero e classe, o nó de Saffioti (2015), proposto para analisar as movimentações do capitalismo. Além das datas citadas, serão analisadas, secundariamente, as datas **21 de abril, 07 de setembro, 15 de novembro**, por acreditarmos que são datas que podem revelar a nova era de narrar a história proposta pela atual governo brasileiro. Por fim, para efeito de comparação, analisaremos também como essas datas serão celebradas no governo do Estado do Ceará, governado por um grupo político de oposição ao presidente Bolsonaro. No caso estadual, será acrescido o feriado de **25 de março**, por ser um feriado específico no Estado e se enquadra dentro do critério de raça.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral:**

Compreender como as narrativas midiáticas contemporâneas, em suas diversas linguagens, ao as datas comemorativas selecionadas, produzem leituras da política contemporânea brasileira, ao mesmo tempo em que (re)elaboram e atualizam as narrativas históricas do passado.

### **Objetivos específicos:**

Perceber como o Estado, em especial o federal e o estadual, participa direta e indiretamente da construção da narrativa midiática contemporânea em torno das datas comemorativas selecionadas;

Produzir um calendário multimídia – em diversas linguagens – com as principais datas comemorativas selecionadas – e as suas respectivas abordagens – que serão celebradas e/ou destacadas, nos próximos três anos, pelo Estado no âmbito federal e estadual. Esse calendário também contempla narrativas midiáticas que confrontam a visão do Estado e datas que não serão lembradas pelo Estado.

Elaborar, a partir de lembranças e esquecimentos, uma narrativa colaborativa, não linear, sobre as datas comemorativas selecionadas ao longo da história brasileira.



### 3. METODOLOGIA



Figura 5 – **Meme sobre Princesa Isabel.** Fonte: <https://180graus.com/oscar-de-barros/auditores-fiscais-do-trabalho-do-piaui-protestam-contraportaria-que-permite-trabalho-escravo>

“Eu sou trineto dela”, responde o deputado federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança, ao ser interpelado pelo seu correligionário de partido, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), qual o grau de parentesco dele com a Princesa Isabel. O diálogo ocorreu na Sessão Solene do Congresso Nacional, ocorrida no último dia 14 de maio, em homenagem aos 131 anos de assinatura da lei áurea. Eduardo Boslonaro encerra seu discurso inicial com o seguinte fala ao colega: “De forma nenhuma, trata-se de uma homenagem a um parente de vossa excelência, mas sim de uma pessoa feminina, em que, propositalmente, algumas poucas pessoas fazem questão de não enaltecer, talvez por ser branca, talvez por ser uma mulher de raça, que naquele tempo, lá no século XIX ainda, já levantava bandeiras contra o regime escravocrata. Uma pessoa a frente do seu tempo. Então, esse é o tipo de pessoa que devemos rememorar, esse é o tipo de mulher que temos que trazer à luz para que sejam lembradas, e essa sessão se faz muito justa, senhor presidente, parabéns pelo requerimento de vossa excelência” (grifos meus).

Puxando as palavras de ordem, “parem de nos matar” e “racistas, fascistas, não passarão”, o Movimento Negro Organizado interrompe a sessão. Pequenas notas sobre o episódio se espalha pela imprensa.

A disputa de narrativa está posta. Este episódio, narrado de forma sintética, mostra um pouco de nossa metodologia. A proposta é construir uma narrativa a partir de pequenas ruínas deixadas pelo tempo. No livro *Origem do Drama Barroco Alemão* (1984), Walter Benjamin afirma que as ruínas estão nos reinos das coisas, assim como a alegoria está no reino dos pensamentos. Após longo debate entre símbolo e alegoria, ele combate o pensamento do classicismo que percebe o primeiro como uma essência, enquanto o segundo seria a significação do símbolo. Benjamin, ao pensar a imagem barroca de forma dialética, conclui que essa separação não se sustenta, pois a alegoria é,

ao mesmo tempo, “as duas coisas, convenção e expressão [...] a alegoria é imanente à própria essência da escrita” (BENJAMIN, 1984, p. 197). Ao optar pela ambiguidade, a imagem barroca demonstra “a multiplicidade de sentidos” como “traço fundamental da alegoria”. Esta, portanto, fica em constante possibilidade de mutação e não permite uma pureza da significação. A alegoria rompe com a noção de “intencionalidade teológica e artística” (p. 199). As ruínas, portanto, seriam fragmentos de objetos e imagens deixados pela história. Esses fragmentos, assim como a alegoria, não têm nenhum compromisso com a intencionalidade de seu objeto original. Assim, quando misturados, resultam em uma construção de algo novo.

A proposta é provocar algumas aproximações entre *várias ruínas encontradas* e perceber o que esses cruzamentos, por vezes improváveis, são capazes de nos contar. O projeto, na verdade, é um grande quebra-cabeça de encaixes não tão perfeitos, construídos a partir de ruínas coletadas ao longo dos próximos três anos.

Para a análise do material coletado busca-se uma compreensão dos fenômenos de forma interdisciplinar dialogando com a Antropologia, a História, a Sociologia, a Geografia, a Filosofia, e, evidente, a Comunicação Social, para assim, construir um *calendário multimídia* das lembranças das datas escolhidas. O calendário será desenvolvido para uma plataforma digital composto por textos, imagens, vídeos, elaborados e coletados pelos pesquisadores deste projeto. Como forma de coleta, de um primeiro momento, estabeleceremos buscas nas agendas dos sites do Congresso Nacional, da Assembleia do Estado do Ceará e dos palácios do Planalto e da Abolição. Será listado também os canais que serão monitorados, levando em consideração critérios como audiência, produtores, patrocinadores. No entanto, a nossa maior aposta de coleta é a criação de um canal de coleta colaborativa de conteúdos produzidos a partir das datas selecionadas, neste canal busca coletar produções mais difíceis de serem monitoradas, como corrente de whatsapp, textão de facebook, memes, gifs, vídeos caseiros. Esse canal deverá ser elaborado nos primeiros meses da pesquisa.

Com o material em mãos, produziremos, além das plataformas, as análises das narrativas construídas com seus agentes envolvidos. As análises serão permeadas pelos modos de lembranças sobre as datas, assim como os esquecimentos e os silêncios elaborados. Como são datas “históricas”, os dispositivos coletados nos permitirão realizar uma investigação histórica que não se limita aos três próximos anos. A partir dessas datas, escavamos documentos históricos dos séculos XIX e XX, para, em diálogo com o tempo presente, montar narrativas, organizadas em um tempo não linear, de como essas datas são e foram lembradas ou esquecidas. Este é o procedimento metodológico do projeto. Ou, como diria Benjamin (2009, p. 502), “não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrubei coisas valiosas, nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os”.

#### **4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS OU DE INOVAÇÃO DO PROJETO**

O foco principal do projeto está na análise de como as narrativas midiáticas elaboram o passado por meio das datas comemorativas. Compreende-se de fundamental importância entender também como essas mesmas narrativas se relacionam com o discurso produzido pelo Estado.

O Brasil hoje está sendo presidido por um grupo político que tem como plano de governo revisar parte da narrativa histórica produzida pelo pensamento brasileiro no período chamado de redemocratização (1985-2016). Trata-se, portanto, de um governo que rompe com o processo de elaboração da historiografia brasileira construída nas últimas três décadas.

O estado do Ceará, no entanto, é governado por um grupo político de oposição ao Governo Federal. Aos nos propormos analisarmos as ações comemorativas do Estado tanto no âmbito Federal e Estadual, será possível percebermos se há ou não aproximações nas formas em que os governos, aparentemente opostos, produzem suas políticas de memória.

O projeto, com duração de três anos, coincide com quase todo o período dos atuais governos analisados. Desta forma, acredita-se que se poderá realizar um bom balanço das políticas de memória construídas pelos governos federal e estadual. A hipótese deste projeto é que não haverá muitas distinções nas celebrações cívicas, apesar de serem grupos políticos distintos.

Diante deste contexto, compreende-se que a pesquisa contribui para a comunidade científica ao verificar se a mudança do governo federal muda também as narrativas midiáticas em torno das datas comemorativas brasileiras.

Em nossa análise primária para a elaboração deste projeto, percebe-se que as narrativas midiáticas consideradas tradicionais (empresas de comunicação), embora haja exceções, tendem a reproduzir as narrativas do Estado. Os meios de comunicação que questionam a narrativa histórica do passado, em geral, são vinculados a movimentos sociais, ONG's ou grupos políticos organizados e possuem menor visibilidade e audiência.

Percebe-se também, nessa exploração inicial, que a dissidência das narrativas históricas encontra-se com maior frequência nas plataformas de internet que permitem aos usuários publicarem textos, imagens ou vídeos de sua própria autoria. No entanto, acredita-se que a grande dissidência e ruptura com a política de memória estabelecida pelo Estado encontra-se nas narrativas dos memes. Por não ter uma autoria específica e trazer uma linguagem humorística, acredita-se que os memes “podem narrar” a história de uma forma insurgente e dissidente. Outra inovação deste projeto é trazer essa linguagem, ainda pouco explorada, para a produção acadêmica na área da comunicação e, principalmente, da história, no mesmo patamar de outras linguagens, como reportagens, filmes, documentários.

## 5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A pesquisa tem duração de três anos. Dada a peculiaridade do projeto que tem como objeto construir um calendário de lembranças e monitorar algumas datas comemorativas, pretende-se proceder o levantamento bibliográfico e a coleta de dados simultaneamente. Como a maioria das datas propostas para análise já passaram em 2019, é necessário uma pesquisa de arquivo referente as suas comemorações. A proposta é que a cada ano seja realizado uma sistematização dos dados e das análises elaboradas.

AÇÃO/DATA	2019					2020							2021							2022																
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X							
2	X	X	X	X	X																															
3	X	X	X	X	X																															
4	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X			
5								X	X	X	X									X	X	X	X								X	X	X	X	X	X
6									X	X											X	X											X	X		
7							X	X	X	X	X																									
8							X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X					
9																																X				
10									X	X											X	X											X	X	X	
11																															X	X	X	X	X	X
12						X						X						X						X						X						

**Ação 1 – Levantamento e leitura bibliográfica**

**Ação 2 – Listar plataformas e canais que serão acompanhados na pesquisa**

**Ação 3 – Construção de um canal colaborativo para coleta de dados**

**Ação 4 – Compilação de dados**

**Ação 5 – Análise e comparação dos dados de cada ano**

**Ação 6 – Organização do Relatório Anual**

**Ação 7 – Selecionar dados para a construção do Calendário Multimídia**

**Ação 8 – Construção da plataforma do Calendário Multimídia**

**Ação 9 – Lançamento do Calendário Multimídia**

**Ação 10 – Organização de relatórios/artigos**

**Ação 11 – Escrita do texto final da pesquisa**

**Ação 12 – Férias**

## REFERÊNCIAS

### Matérias e discursos citados

ARAÚJO, Ernesto. Discurso de posse. Acessado dia 25/05/2019 em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>

BADALO. Conheça a razão do feriado de 25 de março data magna. Acessado dia 25/05/2019 em: <https://badalo.com.br/ceara/conheca-a-razao-do-feriado-de-25-de-marco-data-magna>

BOLSONARO, Eduardo. Discurso na Sessão Solene do Congresso Nacional, em homenagem aos 131 anos da lei áurea. Acessado dia 25/05/2019 em: <https://www.youtube.com/watch?v=ia5B7tZlF3w>

EL PAIS. O chanceler quer apagar a história do Brasil. Acessado dia 25/05/2019 em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/opinion/1547664512\\_125565.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/opinion/1547664512_125565.html)

RÁDIO TEMPO FM. Porque dia 25 de março é feriado no Ceará? Acessado dia 25/05/2019 em: <http://www.radiotempofm.com.br/carta-magna-por-que-dia-25-de-marco-e-feriado-no-ceara/>

GOVERNO DO ESTADO. O pontapé inicial para a correção de um erro. Acessado dia 25/05/2019 em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/25/o-pontape-inicial-para-a-correcao-de-um-erro/>

### Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio da relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2ª ed.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios sobre a história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol I. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.